

## Por respostas mais completas na Ação Social

A massificação do acesso ao Ensino Superior é consensualmente considerada um dos mais importantes fatores de mobilidade social na sociedade contemporânea. Neste âmbito, o sistema de ação social tem desempenhado um papel fundamental, contribuindo de forma muito significativa para a democratização do acesso e alargamento da base social de recrutamento.

Ao longo dos últimos 50 anos, a equidade no ensino superior melhorou consideravelmente. O número de estudantes inscritos em Instituições de Ensino Superior (IES), regra geral, tem vindo a aumentar de ano para ano. E, em simultâneo, os dados demonstram que o número de estudantes bolseiros cresceu mais de 23 vezes, desde o 25 de abril de 1974, tendo passado de cerca de 3.000 beneficiários nesse ano, para cerca de 85 mil em 2021. Cerca de 20% dos estudantes inscritos no Ensino Superior são bolseiros de ação social.

Porém, a história do sistema de ação social também mostra que, quando este falha, o número de estudantes a frequentarem o sistema diminui. Quando as bolsas de estudo foram equiparadas às prestações sociais, por via da aprovação do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, em apenas um ano o sistema de ação social deixou de apoiar cerca de 12 mil estudantes bolseiros. Durante os anos que se seguiram, a par do período de assistência financeira a que o país esteve sujeito, registou-se uma redução de 34 mil estudantes, a frequentarem o Ensino Superior.

A Federação Académica do Porto (FAP) aplicou vários inquéritos desde o início da pandemia, no segundo semestre letivo de 2019/2020. Os dados recolhidos, entre os estudantes da Academia do Porto, revelaram que 4 em cada 10 estudantes afirmam que os seus agregados familiares perderam rendimentos durante a pandemia e 11% dos inquiridos admitiram abandonar o ensino superior. Esta percentagem foi obtida por duas vezes, em dois inquéritos diferentes, um aplicado em 2020, outro em 2021.

Neste sentido, perante uma conjuntura socioeconómica marcada pela incerteza, o sistema de ação social não pode falhar. Os dados apurados pela FAP revelam que a perda de rendimentos no agregado familiar terá ocorrido, maioritariamente, entre aqueles que, do ponto de vista económico, já eram mais vulneráveis antes da pandemia. Adicionalmente, 7% dos estudantes que admitem abandonar o Ensino Superior não são bolseiros de ação social, o que denota a necessidade de reforço dos mecanismos de apoio disponibilizados.

Os números apurados têm lugar num contexto em que, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e da OCDE, cerca de 880 mil portugueses apenas ganham o salário mínimo nacional e o risco de pobreza, que vinha a diminuir, devido à pandemia inverteu a tendência e fixa-se agora em 21,4%.

Para além das consequências socioeconómicas da pandemia nas famílias, os efeitos do confinamento, distanciamento social e no próprio aproveitamento académico, também vieram colocar desafios adicionais no domínio da saúde mental. O aumento das solicitações de apoio psicológico tem sido notório e, se a resposta das IES não for reforçada e consistente, esta



incapacidade acabará por figurar entre os principais motivos para o abandono precoce do sistema.

Um relatório recente, publicado pelo Tribunal de Contas, sobre a meta de 40% de diplomados na faixa etária 30-34 anos até 2020, apresenta várias considerações sobre a necessidade de melhores estratégias para o combate ao abandono escolar, bem como sobre a insuficiência dos mecanismos de apoio. Também a OCDE, na sequência da última avaliação externa realizada ao sistema português de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior havia alertado que o país disponibiliza mecanismos de apoio limitados e recomendou que o atual sistema de apoio financeiro aos estudantes seja sujeito a uma revisão abrangente, para avaliar até que ponto os mecanismos existentes realmente apoiam os estudantes de contextos socioeconómicos desfavoráveis.

Alcançar os objetivos e compromissos assumidos por Portugal para a presente década implica, forçosamente, a atração de mais jovens, mas também dos designados “novos públicos”, para o sistema de Ensino Superior. Para isso será preciso introduzir mecanismos de apoio adequados às necessidades de diferentes públicos-alvo. Entre estes, encontram-se os jovens que abandonaram o sistema, mas que têm vontade de retomar a frequência dos seus cursos. O primeiro inquérito aplicado pela FAP, ainda em 2020, revelou que entre os estudantes que admitiram abandonar o Ensino Superior, 72% colocaram a hipótese de regressar ao sistema quando a condição económica melhorar.

Assim, tendo em consideração o contexto socioeconómico que o país atravessa e, também, os objetivos estabelecidos para o aumento do nível de qualificações da população até 2030, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, decorrido em Guimarães nos dias 5 e 6 de março de 2022, apresentam as seguintes propostas:

1. Revisão das normas de determinação do rendimento do agregado familiar, considerando-se os rendimentos líquidos em vez dos ilíquidos, uma vez que o rendimento disponível de muitos agregados familiares foi significativamente afetado pelo período pandémico e, também, considerando as projeções já conhecidas para a inflação, em 2022 e nos anos vindouros, aumentando a abrangência dos beneficiários.
2. Alteração do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES), de modo a apoiar equitativamente os estudantes de pós-graduação e mestrado não integrado, conforme se encontrava previsto na proposta de Orçamento do Estado para 2022.
3. Criação de um enquadramento legal que permita apoiar a aquisição de meios digitais por parte dos estudantes bolseiros, tendo em consideração as dificuldades evidenciadas recentemente, relativamente aos recursos disponíveis para acompanharem o processo de ensino-aprendizagem.
4. Reforçar os complementos de bolsa destinados a estudantes que pretendam realizar períodos de mobilidade internacional, de modo a promover um acesso equitativo a esta dimensão da vida académica, a par de uma estratégia de internacionalização que a encare como movimento de desenvolvimento do sistema de Ensino Superior.



5. Criar um enquadramento legal que obrigue à definição de uma estratégia de combate ao insucesso académico e abandono escolar em cada IES.
6. Definir mecanismos legais que permitam a identificação de estudantes com pagamento de propinas em atraso para sinalização de contacto por parte dos Serviços de Ação Social, no sentido de conhecer os motivos e encontrar soluções, sempre que possível e aplicável nos termos do RABEEES.
7. Revisão do quadro legal regulatório do Ensino Superior e aplicável ao funcionamento dos Serviços de Ação Social (SAS), no sentido de serem integradas valências para o apoio psicológico, psicopedagógico, aconselhamento de carreira e orientação e intervenção socioeducativa em gabinetes específicos, tutelados direta ou indiretamente pelos SAS.
8. Apostar no desenvolvimento de novos conceitos institucionais de ligação aos estudantes, de fomento da integração e inclusão e de resposta às suas necessidades, seja ao nível dos serviços de alimentação ou na promoção do bem-estar global da comunidade académica.
9. Criação de um programa destinado à promoção do reingresso no Ensino Superior, para conclusão de cursos superiores interrompidos durante a pandemia, a divulgar pelas próprias IES junto destes estudantes e considerando a situação económica dos candidatos para efeitos de seriação até atingida a dotação orçamental, mas sem critérios de discriminação económica para efeitos de elegibilidade.
10. Introduzir uma norma no Regulamento do Programa +Superior que, à semelhança do que se encontra previsto para os estudantes que ingressam em cursos técnicos superiores profissionais, ou através do contingente especial para maiores de 23 anos, promova uma discriminação positiva dos estudantes, através de uma majoração da bolsa atribuída em 15%, para os candidatos que decidam ingressar em ciclos de estudos previamente sinalizados como áreas de formação prioritárias face a uma antecipação das necessidades de curto e médio prazo no mercado de trabalho, como por exemplo a formação de professores, profissionais na área da automação e/ou novas tecnologias.

Proponente: FAP

Destinatários: MCTES, Partidos políticos com representação parlamentar, CRUP, CCISP, APESP